

Pesquisadora trans Jaqueline Gomes de Jesus comenta os retrocessos para população LGBTQ+ em 2019

A professora, psicóloga e pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus explica os assuntos mais problemáticos para LGBTQs com a chegada da extrema direita ao poder

[\(Ponte, 30/12/19 - acesse na íntegra no site de origem\)](#)

As eleições de 2018 trouxeram ao poder políticos de extrema direita e com pensamentos conservadores e retrógrados no que se diz respeito a população LGBTQ+. João Doria (PSDB) foi eleito governador no estado de São Paulo e Jair Bolsonaro eleito presidente da república. Um ano antes, em 2017, Marcelo Crivella assumia a Prefeitura do Rio de Janeiro. Em 2019, esses três nomes foram atores de retrocessos para a população LGBTQ+.

Quando Jair Bolsonaro se tornou presidente, em outubro de 2018, parte da população [LGBT+ temia por sua vida](#) e pela [retirada de direitos básicos para viver](#). O então deputado federal já se classificou como “[homofóbico, com muito orgulho](#)”, disse ser [incapaz de amar um filho LGBTQ+](#) e que preferia que um filho morresse em um acidente do que “[apareça com um bigodudo por aí](#)”.

A **Ponte** conversou com a professora doutora e pesquisadora trans [Jaqueline Gomes de Jesus](#) para lembrar os assuntos mais problemático para a população LGBTQ+ ao longo de 2019.

Jaqueline é professora do IFRJ (Instituto Federal do Rio de Janeiro) e psicóloga, com doutorado em Psicologia Social do Trabalho pela UnB (Universidade de Brasília) e pós-doutorado pela Escola Superior de Ciências Sociais, da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

[Clique aqui para acessar esta matéria na íntegra](#)

Por Paloma Vasconcelos

Caso de Emilly é comum: dificuldade de enxergar que vive relação abusiva

“Ele nunca teria a intenção de me machucar” foi a frase que Emilly usou para expressar sua contrariedade diante da expulsão de Marcos do “Big Brother Brasil”. Ao não se reconhecer como vítima de um relacionamento abusivo, a estudante reproduz um comportamento bastante comum, segundo a professora de psicologia Jaqueline Gomes de Jesus, coordenadora do curso de extensão Feministas nas Trincheiras da Resistência do Instituto Federal do Rio de Janeiro.

[\(UOL, 11/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

“A dificuldade acontece até com mulher que é ameaçada com faca, com arma de fogo. É comum se ouvir: ‘Ah, ele me ama, só estava irritado’. É uma distorção da realidade”, afirma a especialista.

Leia mais:

[Experimente trocar a palavra Emilly por “sua filha”, por Lia Bock \(UOL, 11/04/2017\)](#)

[Após expulsão no ‘BBB’, web discute relacionamento abusivo \(O Estado de S.Paulo, 11/04/2017\)](#)

[A violência contra a mulher ganha mais um capítulo na rede Globo \(El País, 12/04/2017\)](#)

[Nota de repúdio sobre BBB 2017 e Rede Globo: Por que expulsar o agressor não basta, por Rede Mulher e Mídia](#)

[Após agressão, Marcos é expulso do 'BBB 17' \(O Globo, 10/04/2017\)](#)

Relacionar comportamentos como o de Marcos com violência também é difícil porque, em geral, começam gradativamente. “Vão acontecendo permissões sutis”, fala Jaqueline. Começa com pressão psicológica, gritos e ofensas, que viram empurrões, beliscões, até que formas mais graves de violência aconteçam.

De acordo com a juíza Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos, integrante da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, relacionamentos abusivos iniciam-se, em geral, com violência psicológica.

“Primeiro, o homem diz ‘você não pode isso ou aquilo’. E até a violência física começa aos poucos. Um dedo em riste, um chacoalhão, para depois chegar em chutes e socos”, declara Teresa Cristina.

O fato de Emilly encarar de forma “natural” o que aconteceu com ela tem explicações variadas. Há um componente pessoal que só se pode esclarecer ao se conversar com a pessoa sobre sua história de vida, mas há outros culturais.

“O primeiro ponto é que a sociedade atual banaliza a violência, por isso um apertão ou um chacoalhão podem não ser considerados agressões físicas. Esse tipo de percepção vem de homens e mulheres”, fala Jaqueline.

A cultura do “príncipe encantado” também colabora para essa “cegueira” em relação à violência, na opinião da professora. “Como existe a ideia de que a mulher só se completa em um relacionamento, a ideia de que ela tem de perdoar, de que o homem vai melhorar um dia, é reforçada.”

Por Adriana Nogueira

“Os meios de comunicação poderiam ser parceiros na construção da cidadania trans”, aponta psicóloga

(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 06/08/2015) Mulher trans negra, a pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus, entrevistada pela *Agência Patrícia Galvão* para o [Dossiê Violência contra Mulheres](#), fala sobre como a intersecção dos marcadores sociais de violência potencializa as chances de violações de direitos humanos como parte constitutiva da existência de milhares de brasileiras em qualquer classe social.

Jaqueline é psicóloga e doutora em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de Brasília, onde atua como pesquisadora, e pós-doutora pela Fundação Getúlio Vargas. Entre 2008 e 2011 atuou como assessora no desenvolvimento de programas de atenção à saúde e prevenção ao uso de drogas no Ministério do Planejamento e na Presidência da República. Em 2012 recebeu um prêmio Jabuti como co-autora do livro *Psicologia Social: Principais temas e vertentes* (Câmara Brasileira do Livro).



Jaqueline Gomes de Jesus
(arquivo pessoal)

Como a questão da identidade de gênero se associa a outros marcadores de violência contra as mulheres trans no Brasil?

Historicamente, a população trans é estigmatizada, marginalizada e perseguida, devido à crença na sua anormalidade, decorrente do estereótipo de que o “natural” é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual a pessoa se identifica e, portanto, espera-se que ela se comporte de acordo com o que se julga ser o “adequado” para esse ou aquele gênero.

O Brasil é o país no qual mais se matam pessoas trans no mundo (particularmente as travestis e as mulheres trans), sendo responsável, isoladamente, por 39,8% dos assassinatos de pessoas trans registrados no mundo entre 2008 e 2011, e no mesmo período por 50,5% desses crimes na América Latina ([saiba mais](#)).

No que tange às questões de gênero, nos assassinatos das mulheres trans e travestis verifica-se a mesma lógica das violências conjugais comuns em casais heteronormativos e pautados por relações machistas, caracterizadas pela agressão da mulher por parte do homem quando em uma situação de conflito, como uma estratégia de controle sobre o corpo feminino; além do desamparo aprendido e a descrença das vítimas ante à inoperância das instituições sociais de suporte.

Quais são as especificidades e semelhanças na violência sexual e doméstica cometida contra mulheres trans?

As violações contra as mulheres trans, de forma geral, repetem o padrão dos crimes de ódio, motivados por preconceito contra alguma característica da pessoa agredida que a identifique como parte de um grupo discriminado, socialmente desprotegido, e caracterizados pela forma hedionda como são executados, com várias facadas, alvejamento sem aviso, apedrejamento, reiterando, desse modo, a violência genérica e a abjeção com que são tratadas as pessoas trans no Brasil.

Embora existam [decisões judiciais favoráveis à aplicabilidade da Lei Maria da Penha](#) para violências conjugais em casais formados por homens cisgêneros (*que não são trans*) e mulheres trans, faltam dados mais precisos quanto à realidade de violência sexual e doméstica vivida pelas trans brasileiras, dada principalmente a sua desproteção social. Não há informações oficiais de como os órgãos públicos brasileiros têm-se articulado para auxiliá-las, no que concerne: à possibilidade de serem atendidas nas

Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; à proteção pela Lei Maria da Penha; e ao respeito à sua identificação no trabalho e outros espaços.

E quais são os caminhos para enfrentar a violência e afirmar direitos que a mídia pode ajudar a divulgar?

A mídia brasileira é contumaz em reproduzir estereótipos de gênero que desumanizam as pessoas trans, mais frequentemente as mulheres trans, que redundam na reafirmação da violência estrutural contra elas, tornando-as alvos constantes de estereótipos nos meios de comunicação, porque ainda se considera “natural” que sejam ridicularizadas. Como expressão das representações da sociedade, a mídia repete a histórica crença na anormalidade da população trans, sob uma linguagem de escárnio que naturaliza violações.

Uma visão mais inclusiva por parte da mídia traria consigo novas imagens de masculinidade e de feminilidade, que aceitariam, por exemplo, a mulheridade das mulheres trans.

Adotar práticas de responsabilidade social, que mediem a liberdade de expressão e os direitos de personalidade das pessoas retratadas, ainda é um desafio para as mídias brasileiras, que em nome do lucro fazem uso de sensacionalismo e desrespeito à dignidade humana.

Com uma conscientização maior sobre a violência estrutural que a população transgênero sofre, os meios de comunicação poderiam ser parceiros na construção da cidadania trans.

E que cuidados a imprensa deve ter ao reportar casos de violência sobre mulheres trans, e também quando entrevistam essas mulheres?

Primeiramente, buscar conhecê-las para além dos estereótipos e reconhecê-las como seres humanos plenos. Muito ainda tem de ser enfrentado para se chegar a um mínimo de dignidade e respeito à identidade das pessoas trans, para além dos estereótipos. Um desses estereótipos leva alguns a se esquecerem que a pessoa trans vivencia outros aspectos de sua humanidade, para além dos relacionados à sua identidade de gênero.

Entre as pessoas de um mesmo grupo há grande diversidade: as pessoas brancas não são todas iguais, como não são as pessoas negras, mulheres, homens, indígenas, trans e tantas outras.

As pessoas trans, como quaisquer seres humanos, podem ter diferentes cores, etnias, classes, origens geográficas, religiões, idades, orientações sexuais, uma rica história de vida, entre outras características.

A partir disso, algumas noções básicas de como se referir às pessoas se fazem imprescindíveis. Destaco aqui, genericamente, que se deve falar “as” travestis e não “os” travestis, que é totalmente anti-ético perguntar ou divulgar os nomes civis de pessoas trans, tenham elas conseguido modificá-los ou não.

Pensando nessa perspectiva, indico a leitura do guia digital que publiquei a respeito, [“Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos”](#), no qual se apresentam formas inclusivas de se abordar pessoas trans. Enfim, recomendo que os jornalistas perguntem às próprias mulheres trans como elas preferem ser tratadas e respeitem-nas, ao invés de se referir a elas desrespeitando sua autonomia.

Contato da fonte:

Jaqueline Gomes de Jesus, doutora em Psicologia Social e do Trabalho e Pós-Doutora em Trabalho e Movimentos Sociais
jaquebrasil@gmail.com

Atualizado em 07/08 às 6h45.